

## **PODER DO TESTEMUNHO EM HISTÓRIAS DE VIDA: ENTRE AUSÊNCIAS E PRESENÇAS**

Maureen Bartz Szymczak<sup>1</sup>

Raquel ALS Venera<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é um recorte da pesquisa em andamento, intitulada “Histórias de Vida e Patrimônio Cultural: desafios do Museu da Pessoa no Brasil”, que questiona se histórias de vidas do Museu da Pessoa podem ser valorizadas e afirmadas como Patrimônio Cultural. A pesquisa busca analisar os sentidos que as histórias de vida assumem no espaço do Museu da Pessoa e tem por objetivo problematizá-las buscando entendê-las como patrimônios culturais no jogo do reconhecimento de memórias e identidades no contexto contemporâneo. No recorte para este trabalho, utilizamos dos argumentos de Michel Foucault (2014) para perceber a operação do poder como exercício que atravessa todos os sujeitos horizontalmente, incluindo o poder do narrador sobre sua história, o poder incontestável do testemunho. A partir da obra “As palavras e as coisas” (2007) busca-se perceber como funciona a representação da vida nas histórias narradas. Questiona-se a construção de uma vida ausente na narrativa da história. O que se faz ver na narrativa é a imagem de uma vida, a vida em si estará sempre ausente. A narrativa possui a função representativa de uma vida? Concordando com a ideia de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006, pp. 183-191), pergunta-se se as narrativas são representações ou criações de vidas ausentes a partir do poder investido no enunciado do testemunho.

**Palavras-chaves:** Histórias de Vida. Poder. Testemunho.

Este artigo é um recorte da pesquisa em andamento, intitulada “Histórias de Vida e Patrimônio Cultural: desafios do Museu da Pessoa no Brasil”, que questiona se histórias de vidas do Museu da Pessoa podem ser valorizadas e afirmadas como Patrimônio Cultural. A pesquisa busca analisar os sentidos que as histórias de vida assumem no espaço do Museu da Pessoa e tem por objetivo problematizá-las buscando entendê-las como patrimônios culturais no jogo do reconhecimento de memórias e identidades no contexto contemporâneo.

O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo que existe há 22 anos e tem por objetivo realizar o registro e preservação de histórias de vida de qualquer pessoa da sociedade. Atualmente, ele possui um acervo de mais de 17 mil depoimentos, composto por narrativas (auto)biográficas. Essas narrativas são registradas através de

---

<sup>1</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela UNIVILLE. [maureenartz@gmail.com](mailto:maureenartz@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE.  
[raquelsenavenera@gmail.com](mailto:raquelsenavenera@gmail.com)

projetos de memória desenvolvidos pelo Museu da Pessoa em empresas, escolas, comunidades, e pelas pessoas que desejam ter suas histórias preservadas no acervo do Museu, podendo registrá-las através do portal do instituto (<http://www.museudapessoa.net/>) ou no estúdio do próprio Museu. Parte do acervo é também formado por narrativas (auto)biográficas registradas através de pesquisas parceiras, acadêmicas, institucionais ou de outra procedência, que são doadas ao Museu. São inúmeras narrativas (auto)biográficas que relatam histórias de vidas das mais diferentes pessoas, que possuem em comum o fato de terem tornado públicas suas histórias pessoais.

No recorte para este trabalho, utilizamos dos argumentos de Michel Foucault (2014) para perceber a operação do poder como exercício que atravessa todos os sujeitos horizontalmente, incluindo o poder do narrador sobre sua história, o poder incontestável do testemunho. A partir da obra “As palavras e as coisas” (2007) busca-se perceber como funciona a representação da vida nas histórias narradas. Questiona-se a construção de uma vida ausente na narrativa da história. O que se faz ver na narrativa é a imagem de uma vida, a vida em si estará sempre ausente. A narrativa possui a função representativa de uma vida? Concordando com a ideia de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006, pp. 183-191), pergunta-se se as narrativas são representações ou criações de vidas ausentes a partir do poder investido no enunciado do testemunho. Compreendemos que a contemporaneidade apresenta mudanças na formação de identidades num fluxo de deslocamentos no jogo político da memória. Neste sentido, questionamos o Museu da Pessoa como espaço capaz de proporcionar aos sujeitos a construção de narrativas de vida mais ou menos coerentes, com lembranças organizadas em uma ilusão de estabilidade. Nesta perspectiva, o questionamos também como espaço gerador de empoderamento do sujeito na contemporaneidade. Seria o museu um lugar político de sujeitos comuns?

A partir desse contexto de pesquisa, esse artigo está organizado em três momentos: primeiramente apresentamos algumas reflexões acerca do entendimento de poder e como ele está relacionado a narrativa enquanto testemunho; posteriormente, enfatizamos as reflexões em torno da representação da vida nas histórias narradas; por fim, apresentamos as reflexões provisórias sobre esse momento da investigação, articulando considerações sobre o Museu da Pessoa com as questões movidas anteriormente.

Os questionamentos levantados neste artigo, assim como as reflexões provocadas, fazem parte de uma pesquisa que se encontra em andamento. Antes de querer encontrar respostas que resolvam estas questões, o que propomos neste momento é problematizar as discussões em torno das histórias de vida, enquanto narrativas autobiográficas, na busca por ampliar as análises possíveis desse estudo.

### **Poder e testemunho.**

Beatriz Sarlo abre o segundo capítulo de seu livro “Tempo Passado” (2007) refletindo sobre “a primazia do subjetivo e o papel a ele atribuído na esfera pública” (2007, p. 23). No decorrer dos parágrafos, a autora apresenta esta primazia através do lugar de testemunho que o sujeito encontra aberto a partir da década de 70 (em decorrência de eventos políticos ocorridos nos países latino-americanos), quando este testemunho se converte num relato de grande impacto para além dos limites judiciais, alcançando as esferas culturais e ideológicas. A partir de então teríamos um “sujeito ressuscitado” que através de “testemunhos, histórias de vida, entrevistas, autobiografias, lembranças e memórias, relatos identitários” (SARLO, 2007, p. 38) destaca um presente profundamente subjetivo.

Neste campo de subjetividade, “um movimento de devolução da palavra, de conquista da palavra e de direito à palavra se expande, reduplicado por uma ideologia da ‘cura’ identitária por meio da memória social ou pessoal” (SARLO, 2007, p. 38-39). Nesta perspectiva, encontramos um sujeito atravessado por um poder em ação, que o coloca, de um lado como um sujeito que conquista o direito de libertar-se através do testemunho, e de outro, como um “instrumento de verdade”. A sustentação de uma Verdade é perturbada pela emergência de verdades subjetivas, que partem de um sujeito que na pós-modernidade se torna cognoscível.

Tendo em vista que o poder é uma prática social e, desta forma, estabelecida historicamente, ela só acontece na ação (FOUCAULT, 2004, p. 175), observamos um poder que se espalha e que está distribuído por toda sociedade, agindo nos lugares e nas pessoas, capaz de construir novas formas de relação, respondendo a novas necessidades e realidades. Neste sentido, encontramos o sujeito cognoscível adentrando um espaço de fala, assumindo o poder do testemunho, passando do “não-dito” a um lugar de afirmação de verdade.

Desta forma, ter-se-ia um novo autor no espaço social da memória? Foucault apresenta o autor não como indivíduo que fala ou escreve, mas como “princípio de

agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (2014, p. 25). Encontramos, neste caso, um sujeito cognoscível, narrador de si, que estaria expandindo o espaço de autoridade do testemunho, apoiado por uma “função do autor” prescrita no presente, que se estabelece “pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2014, p. 27-28)? Partindo deste questionamento, pressupomos que este autor testemunho assume, através da memória e dos relatos de memória, uma função de “cura” identitária, como se refere Sarlo (2007), de um sujeito que no presente é passível de conhecimento e se reconhece enquanto sujeito que fala, possuidor de uma verdade.

Foucault supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (2014, p. 8), da mesma forma em que indica que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2014, p. 10). O sujeito participa desta forma, de um conjunto de práticas, que envolvem o registro das narrativas de memórias, que o colocam em um lugar autorizado do testemunho. Este lugar que autoriza sua fala, como uma verdade (nesta pesquisa entendemos o Museu da Pessoa como este lugar), é onde o sujeito empodera-se numa emergência de produção de si. É este lugar de empoderamento que o legitima enquanto sujeito da fala.

No entanto, em relação aos sujeitos que falam, Foucault apresenta as “coerções do discurso”, como uma força, um poder determinante que seleciona estes sujeitos e os qualifica através da prática de um ritual. Desta forma, não estaria este sujeito subordinado a uma prática ritual que lhe autorizasse fazer uso desse lugar de testemunho? Entendemos a prática ritual como o conjunto de práticas que partem de um saber institucionalizado, que possui o domínio dos fazeres discursivos. No jogo de poder, as práticas discursivas da “cura” identitária forçam o sujeito que, involuntariamente, adentra o campo de subjetividades do presente.

A instituição (podemos tomar como exemplo o Museu da Pessoa ou a academia através da pesquisa científica, os livros de biografias entre outros) assume o lugar de prática desse ritual. Através da escuta, através da chamada para que esses sujeitos produzam suas narrativas de memórias, mantém a cesura (FOUCAULT, 2014) e determina os sujeitos que falam e todos “os gestos, os comportamentos, as circunstancias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 37). Neste sentido, este novo autor do espaço social da

memória, participa da construção de um discurso que estabelece o testemunho como “cura” identitária e coloca o sujeito em exercício de poder na medida em que restitui sua fala como lócus de verdade.

Para Foucault o poder não se encontra nas instituições ou aparatos do Estado ou nas formas de violência e dominação de um grupo hegemônico sobre outro subjugado. Salienta o autor que o poder “nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. (...) o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (2004, p. 103). Deste modo, compreendendo que as práticas discursivas estão atreladas ao exercício do poder, esse sujeito autor-testemunha é interpelado e assim regulariza um discurso o qual ele mesmo evoca, quando se empodera deste lugar de fala autorizada sobre si.

Conforme afirma Foucault (2014, p. 50) “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade”. É possível compreender então que, o sujeito ao narrar sua história, através de um programa institucionalizado, neste caso os projetos do Museu da Pessoa, participa de uma prática que sustenta seu lugar como novo autor no espaço social de memória. Esta prática assumida pelo Museu da Pessoa tem base em um presente caracterizado por uma intensa dimensão subjetiva, que demonstra que “o sujeito não só tem experiências como pode comunica-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirma-se como sujeito” (SARLO, 2007, p. 39). Esta seria então uma prática que regulariza, no espaço social de memória, o testemunho como lócus de verdade. O acontecimento que provem desse discurso, é a abertura de um espaço de fala autorizado, que empodera o sujeito na prática da produção de si. Esse acontecimento, que parte de um lugar de saber institucionalizado, ritualiza em forma de discurso as práticas de poder assumidas pelo sujeito autor-testemunha e,

São esses mecanismos de poder que fazem falar, tornam possíveis e induzem as produções de verdade e, de igual maneira, são as produções de verdade que “legitimam” os efeitos de poder, promovendo a formação de uma íntima relação entre saber e poder, poder e saber. (GUSSO, 2016, no prelo)

Frente a estas considerações, o poder do narrador sobre sua história, o poder incontestável do testemunho, é um poder que circula, como em uma rede, que encontra nas condições de possibilidades do presente sua materialidade. Quando este sujeito testemunho se empodera do lugar de fala, quando autoriza que sua fala torne-se pública, também age coercivamente sobre as instituições de saberes e também as regulariza

enquanto um lugar de saber, que agora se articula respondendo a cesuras que colocam o próprio sujeito em uma “pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 2014, p. 55). Encontramos, então, uma nova condição de sujeito autor-testemunha, que participa da história, que constrói o espaço de sua participação? Foucault apresenta que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (2014, p. 25). Desta forma, este acontecimento não é o que é narrado, mas sim o impacto do discurso sobre o narrar-se. Muito além das palavras que falam, está no ato de narrar-se, de produzir-se enquanto sujeito produtor de verdades, o poder que carregam enquanto testemunho.

### **Representação e narrativas de vida**

Sarlo ao apresentar a “primazia do subjetivo” e a função que esta assume na esfera pública no presente, não deixa dúvidas de que estamos falando do sujeito e da experiência. Experiência capaz de tornar reconhecível uma verdade e a fidelidade do acontecimento que o sujeito enuncia como testemunha (SARLO, 2007). A partir deste entendimento, a autora apresenta várias perguntas, que também nos servem de apoio quando questionamos como funciona a representação nas histórias narradas. Entre elas:

Que relato da experiência tem condições de esquivar a contradição entre *firmeza* do discurso e a *mobilidade* do vivido? [...] Há algum sentido em reviver a experiência ou o único sentido está em compreendê-la [...] Deve prevalecer a história sobre o discurso e renunciar-se àquilo que a experiência teve de individual? (2007, p. 23-24)

Para Benjamin, a experiência como algo transmitido de “boca a boca”, estaria em vias de extinção e, “a faculdade de intercambiar experiências” (1987, p.198) teria se anulado a partir da Grande Guerra. O que Sarlo observa a partir dessa colocação de Benjamin, é que a experiência se ausentou tanto como “relato do vivido”, assim como “fato compreensível”, provando que entre experiência e relato se estabelece uma relação inseparável. A autora sugere que

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. (SARLO, 2007, p. 24)

Pierre Bourdieu abre seu texto “A ilusão biográfica” (2006), indicando que falar em história de vida (entendendo o alargamento deste campo do testemunho em narrativa de si, autobiografias, relatos identitário, memórias) já pressupõe o entendimento de que a vida é uma história. Entendimento que sugere reconhecê-la como um trajeto, caminho, uma linha contínua de acontecimentos, que insinua a tentativa de imprimir um sentido

de existência na narrativa. Frente a esta possibilidade, o autor esclarece posteriormente que

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência (...) (Bourdieu, 2006, p. 185),

que insistiria em apreender a identidade, como “constância em si mesmo”, de um sujeito cognoscível que ao reconhecer-se se torna previsível. Da mesma forma que a história se constrói amparada por uma série de instituições de “totalização e de unificação do eu” (Bourdieu, 2006, p. 186) que a concebem numa linearidade estável.

Neste mesmo sentido, Benjamin faz crítica ao romance, quando relata que a partir de seu surgimento a experiência se desloca do ato da fala. Neste deslocamento, nessa separação do corpo, o sentido de experiência se desfaz num “sentido da vida”, sugerido através da linearidade e sucessão de eventos que a descrevem (Benjamin, 1987, p. 197-221). Nesta perspectiva, a experiência representada não seria capaz de revelar o ato vivido.

A partir desta compreensão, é possível que a narrativa possua a função representativa de uma vida? Beatriz Sarlo apresenta as ideias de Paul de Man<sup>3</sup> sobre a escrita autobiográfica, salientando que para este autor não haveria possibilidade de construir qualquer correspondência entre o relato de uma vida e o ato de viver. A autobiografia seria um ato ilusório sobre a tentativa de conceber a vida como uma referência de estabilidade de um sujeito temporalmente unificado. Conforme conclui Sarlo: “Não há sujeito exterior ao texto que consiga sustentar essa ficção de unidade experimental e temporal.” (2007, p. 31).

Novamente referenciando Man, Sarlo indica que “que a consciência de si não é uma representação, mas a ‘forma de uma representação’, a figura que indica que uma máscara está falando” (2007, p. 31). Desta forma, sugere que quem se narra não é o sujeito que vive, mas sim um sujeito que lembra o que viveu e reconstrói o ato vivido através de uma narrativa que lhe dá sentido, no momento presente da fala. Desta forma, a história narrada seria muito mais um ato de criação de uma vida ausente, ocultada na narrativa.

Bourdieu esclarece que a partir do romance, reconhecido como nova expressão literária, a representação surge como “história coerente e totalizante”. Fato que implica

---

<sup>3</sup> Beatriz Sarlo cita em nota de rodapé o artigo de Paul de Man, “Autobiography as de-facement”, *MLN*, *Comparative Literature*, vol. 94, nº 5, dezembro de 1979.



numa “filosofia da existência” decorrente dessa convenção retórica, autorizada por mecanismos sociais que concebem a “experiência comum da vida como unidade e como totalidade” (2006, p. 185). O que resulta, através do uso recorrente desta estrutura retórica, autorizada pelas diversas formas institucionalizadas do “falar de si”, é um ato quase impensável de que só é possível apreender a experiência do vivido através da “unidade de um relato totalizante” (Bourdieu, 2006, p. 186).

Mas, se a experiência vivida escapa qualquer tentativa de imprimi-la através de relatos de memórias, ou numa representação linear de uma história de vida, o que encontramos nas vastidões das autobiografias não são experiências vividas. Por mais que se denomine a experiência como algo inerente ao testemunho, de forma que é através deste que a experiência torna-se comunicável, as narrativas de vida se apresentam mais como criações de vidas cheias de sentidos de experiências.

Estaríamos então diante da presença de vidas ausentes? A representação de uma vida sugere restituí-la como uma presença diante da ausência de um sentido de unidade linear histórica, que não se ensaia no ato de viver. A experiência do ato de viver, íntima do corpo que o experimenta, só acontece enquanto presença, quando o sujeito se lança sobre si como observador-objeto. Logo, esta experiência que não cabe na história totalizadora e unificadora do eu, é ausente de sua lógica, e se torna presente através da narrativa do testemunho.

### **Poder do testemunho no Museu da pessoa: reflexões provisórias.**

O Museu da Pessoa abriga hoje em seu acervo mais de 17 mil depoimentos em formato de narrativas autobiográficas. São registros de histórias de vida das mais diversas pessoas da sociedade. Um dos seus objetivos é “contribuir com a democratização da memória social reconhecendo o valor da história de vida de toda e qualquer pessoa”, e acreditam que “toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social” (WORCMAN e PEREIRA, 2006, p. 199).

Discussões em torno da memória nos colocam a perspectiva de que a experiência contingencial do presente nos provoca revisitações às lembranças de um passado a partir das expectativas de futuro, construindo algo múltiplo e dinâmico na tensão entre o individual e o social, que é a presença do “eu” no mundo. Candau nos fala que a memória é sempre viva e que “o conteúdo da narrativa é (...) uma negociação entre certa representação do passado e um horizonte de espera” (2014, p. 89). Desta



forma, percebe-se que a memória está sempre atrelada ao espaço social por onde o sujeito transita.

Se a narrativa fornece a construção de uma identidade, de um sujeito temporalmente unificado, através da ilusão da vida como algo contínuo e estável, ela se vale do movimento de recordar, de colher lembranças e unificá-las. Este movimento de recordar cria um quadro de memórias palpáveis, numa estrutura de pensamento que garante certa estabilidade do sujeito na esfera social. A partir desse movimento, a memória é acionada através de uma demanda do presente numa negociação frequente entre o sujeito e a esfera social onde transita.

Pollak nos apresenta a memória num jogo de disputa, onde a construção das narrativas se fazem no ato político. Em “Memória, Esquecimento, Silêncio”, descreve a ênfase do testemunho em privilegiar as “memórias subterrâneas” (1989, p. 3-15), aquelas minoritárias ou excluídas, que no jogo das representações não incorporaram as memórias coletivas hegemônicas, as memórias nacionais. Desta forma, entendendo que a construção de uma memória está atrelada ao espaço social, o que o Museu da Pessoa vai chamar de memória social (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 203), sua construção se faz a partir de um jogo político, através de arranjos de memórias. Pollak entende que

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si (1992, p. 204 apud WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 203).

O autor nos instrui para o entendimento de que, antes de considerarmos o desaparecimento dessas memórias subterrâneas, devemos observar que as lembranças que participam de suas construções, por mais que mantidas no silêncio durante muito tempo, se mantem vivas “até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e a reivindicação” (POLLAK, 1989, p. 3-15).

Diante esta consideração, questionamos se é possível analisar o Museu da Pessoa como um espaço público de jogos políticos de memórias, silenciadas, esquecidas, que do lugar de “não-dito” passaram a um lugar de afirmação. Compreendemos que é possível pensarmos em uma trama de memórias se configurando a partir de lembranças que perpassam as memórias nacionais, as memórias coletivas construídas nos discursos públicos, e adentram as camadas de memórias “subterrâneas” que se colocam presentes e disponíveis, em um novo cenário político de memória. Neste

sentido, somos movidas a pensar o Museu da Pessoa como um espaço político de sujeitos comuns, ou seja, um espaço de socialização de histórias de vida criadas por “toda e qualquer pessoa da sociedade”.

Compreendemos que as narrativas de memória aproximam os sujeitos de uma noção de linear de tempo, capaz de sustentar suas identidades socialmente. Neste sentido, acionar as narrativas de vida como representações pode ser um caminho de fortalecimento às identidades sociais, principalmente àquelas reivindicadas por grupos que, no processo de construção das memórias sociais, se percebem excluídos. O Museu da Pessoa, ao proporcionar um espaço de liberdade de fala, fornece mecanismos de poder aos sujeitos, que se valem das práticas discursivas que este processo produz, capaz de garantir-lhes espaço de fortalecimento e criação de identidades, permeadas por anseios contingenciais do presente. No entanto, estas memórias que o colocam em exercício de poder de uma verdade sobre si, longe de representarem a vida numa totalidade e unicidade, recriam-nas ao ponto mais semelhante àquele ao qual o sujeito pretende se mostrar. No jogo político das memórias, que se estabelece na contemporaneidade, compreendemos o Museu da Pessoa como um espaço que, ao mesmo tempo em que impulsiona a criação de narrativas de vida, as empodera no estabelecimento de um novo cenário político da memória social.

Compreender os sentidos que cercam o Museu da Pessoa, entendendo-o como um espaço que tem por objetivo realizar o registro e preservação de histórias de vida de qualquer pessoa da sociedade, e hoje possui milhares de narrativas em seu acervo, demanda que nos debruçemos sobre algumas possibilidades de análise. Os questionamentos e reflexões provocadas neste artigo encontram-se em discussões permanentes durante o andamento da pesquisa “Histórias de Vida e Patrimônio Cultural: desafios do Museu da Pessoa no Brasil”. Antes de querer afirmar qualquer resposta, objetivamos problematizar as histórias de vida, enquanto narrativas autobiográficas, buscando entendê-las como patrimônios culturais. Para isso, as considerações movidas neste artigo contribuem para uma melhor compreensão de como elas se articulam na contemporaneidade, como são atravessadas por relações de poder e fornecem sentidos de representatividade.

### **Referências**

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. Ed. São Paulo: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GUSSO, Luana de Carvalho Silva. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. 2016. No prelo.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coor.). **História falada: memória, rede e mudança social**. SESC – SP. Museu da Pessoa. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2006.